Homologo,



Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social

Relatório de Monitorização da Execução do IV Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2023-2026)

Ano de 2024

Grupo de trabalho
Helena Rodrigues
Miguel Capote
Simão Carvalho

ĺn	٦	ic	_
	ч	10	C

N	ota introdutória5
1.	Atividade desenvolvida
ΕI	XO ESTRATÉGICO 1 – REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
	Medida 1 - Criação de uma Comissão de Acompanhamento
	Medida 2 - Criação da Comissão Técnica de Acompanhamento
	Medida 4 – Criação da Rede Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica8
ΕI	XO ESTRATÉGICO 2 – INFORMAR, SENSIBILIZAR E PREVENIR
	Medida 5 - Conceção de referenciais, no âmbito da prevenção primária, para o 3.º Ciclo do Ensino Básico
	Medida 6 - Implementação de projeto piloto no âmbito da prevenção primária
	Medida 7 - Articulação com o Programa Regional de Prevenção e Combate ao <i>Bullying</i> e <i>Ciberbullying</i>
	Medida 8 - Realização de Campanha Regional Contra a Violência Doméstica, com ações dirigidas a públicos específicos
	Medida 10 - Realização de ações de sensibilização no âmbito da violência doméstica e no namoro 11
	Medida 11 - Elaboração de panfleto informativo destinado aos Encarregados de Educação sobre os perigos associados ao mau uso da <i>internet</i>
	Medida 12 - Atribuição de apoio financeiro, através de Acordo de Cooperação Igualdade de Oportunidades, para assegurar o funcionamento dos Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica
	Medida 13 - Celebração de datas comemorativas de interesse no âmbito da temática13
	Medida 14 - Realização de ações de sensibilização em eventos culturais, desportivos e recreativos
	Medida 15 - Sensibilização de Diretores de Curso da Universidade dos Açores15
	Medida 17 - Implementação da Orientação da Direção Geral da Saúde n.º 001/202216
	Medida 17.2 - Adaptação da Orientação à RAA16
	Medida 17.3 - Implementação e avaliação de projeto piloto
	Medida 18 - Integração das estratégias de prevenção primária nos conteúdos formais da Educação 17
	Medida 20 - Reforço da divulgação do Programa CONECTA18
	Medida 22 – Elaboração e distribuição de <i>flyers</i> para divulgação dos recursos existentes em cada uma das ilhas
	Medida 24 – Criação da Plataforma violenciadomesticaacores19
ΕI	XO ESTRATÉGICO 3 – PROTEGER AS VÍTIMAS19
	Medida 25 - Manutenção dos processos de suporte técnico aos profissionais afetos às Redes e Polos Operacionais e Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica19

	Medida 26 - Implementação de processo de suporte técnico aos profissionais que acompanham situações de Violência Doméstica relativas a população <i>LGBTI+</i> 20
	Medida 27 - Criação de condições para a inclusão de Botão de Pânico na aplicação Alert4You – PROCIV Azores
	Medida 28 - Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da ilha do Corvo 21
	Medida 30 - Realização de reuniões de trabalho com as estruturas direcionadas para a prevenção e combate à Violência Doméstica
	Medida 31 - Definição e implementação de circuitos de atuação prioritários ao nível das diferentes áreas sectoriais23
	Medida 32 - Definição de procedimentos para encaminhamento de pessoas idosas e pessoas com deficiência vítimas de violência doméstica24
	Medida 33 - Criação de condições de acessibilidade para vítimas com mobilidade reduzida nas Casas Abrigo
	Medida 35 - Realização de formação para os profissionais afetos às valências de Casa Abrigo e Centro de Alojamento Temporário
	Medida 36 - Adaptação à Região do Decreto Regulamentar 2/2018, de 24 de janeiro25
	Medida 37 - Definição de circuito para encaminhamento das vítimas de violência doméstica para os serviços de Qualificação Profissional e Emprego26
	Medida 38 - Celebração de Protocolo no âmbito da habitação com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores27
Ε	IXO ESTRATÉGICO 4 – INTERVIR COM OS AGRESSORES27
	Medida 41 - Aprofundamento da articulação entre os serviços de apoio à vítima e os serviços de intervenção com a pessoa agressora27
	Medida 42 - Implementação de projeto piloto do programa CONTIGO específico para mulheres agressoras27
	Medida 43 - Reconstituição da unidade Regional de Gestão do programa CONTIGO psicoeducativo Agressores28
	Medida 44 - Publicação e divulgação do Manual do Programa CONTIGO29
Ε	IXO ESTRATÉGICO 5 – CAPACITAR, FORMAR E QUALIFICAR29
	Medida 45 - Realização de ações de formação sobre atendimento a vítimas de Violência Doméstica para agentes das forças de segurança29
	Medida 46 - Realização de ações de formação dirigidas aos aplicadores do programa CONTIGO30
	Medida 47 - Realização de ações de formação dirigidas aos aplicadores dos programas CONECTA e IMPACTO30
	Medida 48 - Realização de encontro anual para capacitação dos técnicos com intervenção na área e partilha de boas práticas30
	Medida 49 - Realização de formação de Técnico de Apoio à Vítima (TAV)31

	Medida 51 - Realização de ações de formação dirigidas a profissionais de forma a identificar potenciais fatores de risco ou a existência de situações de violência doméstica, abuso e maus-tratos à pessoa idosa
	Medida 52 - Realização de ações de formação para os Cuidadores Formais afetos às valências de Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Centro de Noite e Novos Idosos 32
	Medida 53 - Realização de ações de formação para profissionais com intervenção ao nível das estratégias de prevenção primária32
	Medida 54 - Realização de formação para o suporte a vítimas menores aquando da sua interação com o sistema de justiça
	Medida 55 - Realização de formação para o suporte a vítimas adultas aquando da sua interação com o sistema de justiça
	Medida 56 - Realização de ações de formação para bombeiros, afetos ao transporte de doentes, para a temática da violência doméstica34
E	XO ESTRATÉGICO 6 – CONHECER, MONITORIZAR E AVALIAR O FENÓMENO34
	Medida 58 - Elaboração e divulgação de relatórios semestrais de monitorização da problemática34
	Medida 59 - Criação da Ficha de Registo de acompanhamento de vítimas na prestação de declarações para memória futura34
	Medida 60 - Reestruturação da Ficha de Registo de Ação e Registo de Iniciativa35
	Medida 61 - Elaboração de proposta de questionário para avaliação da satisfação das vítimas acolhidas em Casa Abrigo
2.	•
3.	
4.	. Conclusão
	Glossário de siglas39
Α	nexos40
	Anexo I – Imagem da Campanha Regional contra a Violência Doméstica alusiva à violência doméstica contra as crianças e jovens40
	Anexo II – Imagem da Campanha Regional contra a Violência Doméstica alusiva à violência doméstica contra pessoas idosas41
	Anexo III – Programa do Seminário "Envelhe(ser) 100 preconceito"42
	Anexo IV – Folheto informativo divulgado nas festividades no Pico43
	Anexo V – Programa do X Encontro Regional de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica44
	Anexo VI – Ficha de acompanhamento de vítimas de violência doméstica adultas aquando da sua interação com o Sistema Judicial45
	Anexo VII – Ficha de Registo de Ação – IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica47
	Anexo VIII – Tabela de execução das medidas previstas para 202449

Nota introdutória

A Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social (DRPIIS) é a entidade responsável pela implementação e coordenação do IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (PRPCVD), aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 233/2023 de 15 de dezembro.

Todavia, a concretização das mudanças que pretende alcançar, antecipadas nos objetivos que o norteiam, depende de uma cultura de compromisso, envolvendo as diferentes áreas setoriais e organizações não governamentais que, em razão da natureza e potencial da sua intervenção emergem como decisivas, quer em termos de prevenção, quer seja ao nível da deteção, encaminhamento e intervenção com vítimas de violência doméstica.

Pese embora a trajetória efetuada pela Região Autónoma dos Açores (RAA) em matéria de convergência de esforços por parte das várias entidades e serviços, ainda assim, permanece a necessidade de reforçar a coordenação intersectorial e interinstitucional, para que se venha a alcançar uma visão comum sobre a temática, condição necessária para um modelo de intervenção de natureza estruturante e, consequentemente, sustentável. Nesse sentido o IV PRPCVD, dedica um dos Eixos Estratégicos, no caso o I, ao reforço da cooperação interinstitucional, prevendo a criação de uma Comissão de Acompanhamento e uma Comissão de Acompanhamento Técnico.

É, precisamente, este entendimento que se encontra na génese da criação de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica em oito das nove ilhas dos Açores mediante a celebração de um conjunto de protocolos, agregando um conjunto alargado de entidades.

Atualmente só a ilha do Corvo não dispõe de uma estrutura especifica no âmbito da temática em questão, prevendo-se a sua criação até ao término do presente Plano, conforme consta na medida 28 do presente Plano.

No presente, a Região conta com um conjunto de estruturas que asseguram a intervenção no domínio da violência doméstica ao nível do atendimento, acompanhamento e encaminhamento, bem como a intervenção numa vertente preventiva, a saber:

Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica nas ilhas de Santa Maria,
 Graciosa, São Jorge, Pico e Flores;

- Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica e Mulher em Risco de São Miguel (RAVVDMR);
- Rede de Apoio Integrado à Mulher da Ilha Terceira (RAIMIT);
- Polo Operacional de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco da Ilha do Faial.

A celebração de tais protocolos, que datam de 2009, contribuiu para uma maior implicação, corresponsabilização e clarificação do papel de cada uma das organizações implicadas na perspetiva de garantir uma abordagem global da problemática e tendencialmente especializada.

O presente relatório pretende sistematizar o trabalho que se desenvolveu na Região, ao longo do ano de 2024, tendo por referência o respetivo Plano de Ação. Para tal procedeu-se ao levantamento da atividade desenvolvida por parte das instituições e serviços com intervenção no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica. Para o efeito, verifica-se o recurso a várias fontes, designadamente Fichas de Registo de Ação, Sistema de Informação e Monitorização em Rede do Fenómeno da Violência Doméstica (SIM-VD), a Agenda Cultural "Açores pela Igualdade" e Redes Sociais.

1. Atividade desenvolvida

EIXO ESTRATÉGICO 1 – REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Medida 1 - Criação de uma Comissão de Acompanhamento

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Comissão Criada	Em execução

A Resolução do Conselho do Governo n.º 233/2023, de 15 de dezembro, para além de aprovar o IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica 2023 – 2026, procede também à criação da Comissão de Acompanhamento e a Comissão Técnica de Acompanhamento.

À Comissão de Acompanhamento compete, em articulação com a entidade coordenadora do IV PRPCVD, o apoio e a execução das políticas públicas previstas no âmbito do referido Plano.

Esta Comissão integra o Diretor Regional competente em matéria de igualdade e inclusão social, na qualidade de entidade que coordena, os Diretores Regionais competentes em matéria de educação e administração educativa, saúde, empregabilidade, formação e qualificação profissional e trabalho, solidariedade social, desporto, habitação, cooperação com o poder local, juventude e ciência e tecnologia, bem como o presidente do conselho diretivo do organismo com competência em matéria de ação social e o presidente da entidade que na RAA tem por missão a defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens.

• Medida 2 - Criação da Comissão Técnica de Acompanhamento

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Comissão Criada	Em execução

A Resolução do Conselho do Governo n.º 233/2023, de 15 de dezembro, para além de aprovar o IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica 2023 – 2026, procede simultaneamente à criação da Comissão de Acompanhamento e a Comissão Técnica de Acompanhamento.

À Comissão Técnica de Acompanhamento compete coadjuvar a Comissão de Acompanhamento do IV PRPCVD na prossecução das suas competências e na orientação das entidades responsáveis pela implementação das medidas, solicitando e fornecendo informações sobre o respetivo processo de execução.

Esta Comissão é composta por representantes das entidades que compõe a Comissão de Acompanhamento, bem como representantes de organizações com intervenção na área da violência doméstica.

Medida 4 – Criação da Rede Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta	
DDDIIC o ISSA IDDA	Rede constituída	Em ovacueão	
DRPIIS e ISSA, IPRA	Celebração de protocolo interinstitucional	Em execução	

A constituição da Rede Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica é uma medida que envolve a celebração de um protocolo com diversas entidades e departamentos, definindose as obrigações comuns e específicas de cada um destes. Consumar a criação desta Rede implica que sejam definidos uma série de procedimentos e instrumentos a utilizar, condição que de momento não se verifica. Por este motivo, esta medida encontra-se em execução.

EIXO ESTRATÉGICO 2 – INFORMAR, SENSIBILIZAR E PREVENIR

Medida 5 - Conceção de referenciais, no âmbito da prevenção primária, para o 3.º Ciclo do Ensino Básico

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Elaboração de proposta de referencial	Executada

O conhecimento académico disponível em matéria de violência doméstica defende que o investimento na prevenção primária é determinante para a construção de uma sociedade orientada para a plena realização dos Direitos Humanos, o que pressupõe a erradicação da tolerância a qualquer forma de violência. Neste sentido, e tendo em conta que a intervenção

desenvolvida na Região tem assumido essencialmente uma natureza informativa e de sensibilização, entendeu esta Direção Regional, subscrevendo o que são as recomendações técnico-científicas em matéria de prevenção primária, como prioritário a implementação de uma estratégia de prevenção primária conforme os critérios definidos no Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica da CIG.

Entendeu-se igualmente que a implementação de tal estratégia, que visa a promoção de relações afetivas saudáveis teria, numa primeira fase como destinatários os/as alunos/as do 3.º ciclo de escolaridade.

Para a elaboração de tais materiais, a DRPIIS conta com a colaboração de instituições com as quais mantem acordos de cooperação no âmbito da Igualdade de Oportunidades. A proposta produzida no ano de 2024 dirige-se aos alunos do 8.º ano de escolaridade e centra-se nas questões do *bullying* e *ciberbullying*, a trabalhar em articulação com o respetivo Programa Regional.

• Medida 6 - Implementação de projeto piloto no âmbito da prevenção primária

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e DREAE	Projeto implementado	Em execução

No ano de 2023 foi desenvolvida, pela Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória através do projeto Núcleo de Iniciativas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (NIPCVD), uma proposta de referencial no âmbito da prevenção primária da violência no namoro, dirigido a alunos/as do 9.º ano de escolaridade, cuja implementação prevê a realização de um projeto piloto a desenvolver no ano letivo de 2024/2025.

Entretanto, face à extinção do NIPCVD, em virtude de a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória não ter apresentado candidatura no âmbito da Igualdade de Oportunidades, a DRPIIS, após análise dos projetos financiados, decidiu que a Novo Dia – Associação para a Inclusão Social seria a instituição que daria continuidade ao projeto em causa, considerando as características do trabalho que desenvolve, tendo a instituição aceite colaborar com a DRPIIS na implementação do projeto piloto com base no referencial elaborado pelo NIPCVD.

Neste sentido, em articulação com a Direção Regional da Educação e Administração Educativa (DREAE), foi remetido, a 27 de novembro de 2024, ofício ao Conselho Executivo da Escola

Secundária da Ribeira Grande com o intuito de salientar a importância desta Unidade Orgânica autorizar a implementação do projeto piloto junto de alunos de uma das suas turmas do 9.º ano, o qual mereceu concordância por parte do Conselho Executivo.

Medida 7 - Articulação com o Programa Regional de Prevenção e Combate ao Bullying e Ciberbullying

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e DREAE	Protocolo celebrado	Em execução

O Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Ciberbullying*, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 84/2023 de 19 de maio de 2023, tem como objetivo promover o desenvolvimento de estratégias de sensibilização, prevenção e intervenção em meio escolar, envolvendo várias entidades, serviços e toda a comunidade educativa.

Considerando que à DRPIIS enquanto entidade coordenadora dos Planos Regionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e da Igualdade e não Discriminação, cabe um papel crucial ao nível da articulação com outros instrumentos de política pública desenvolvidos pelas diferentes áreas sectoriais, de modo a garantir a convergência de esforços, evitando a duplicação de intervenções e o consequente desperdício de recursos humanos. Nesse sentido, regista-se o reforço da cooperação entre a DRPIIS e a DREAE com a vista assegurar uma melhor articulação entre as ações que integram aqueles Planos e o Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Ciberbullying*, a materializar, entre outros, mediante a formalização de protocolo. Como se perspetiva que este protocolo venha a integrar outras medidas que resultam da articulação necessária entre esta Direção Regional e a DREAE, o protocolo encontra-se em elaboração.

 Medida 8 - Realização de Campanha Regional Contra a Violência Doméstica, com ações dirigidas a públicos específicos

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS	N.º de ações realizadas	3	Executada

A Campanha Regional contra a Violência Doméstica integra, além de mensagem de cariz genérico "Nem todos os Laços são Familiares", outras mais específicas em função dos públicos a que se dirigem.

Assim, por ocasião do mês dedicado à prevenção aos maus-tratos na infância que decorre no mês de abril, foi divulgado a partir da Rede Social "Facebook" da DRPIIS imagem e texto com o intuito chamar a atenção para os danos que a violência doméstica pode provocar no bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens (ver anexo I).

A 1 de outubro, Dia Internacional da Pessoa Idosa, foi lançada, também no Facebook da DRPIIS, outra imagem relativa a esta Campanha (ver anexo II) com o objetivo de sensibilizar para a violência doméstica contra as pessoas idosas.

Por fim, por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a 25 de novembro, foi efetuada uma publicação no Facebook da DRPIIS, com o intuito de sensibilizar os/as seus/as seguidores/as para a urgência de colocar fim à violência doméstica contra as mulheres, aproveitando a oportunidade para divulgar a Imagem que contém a mensagem de cariz genérico desta Campanha "Nem todos os Laços são Familiares".

Medida 10 - Realização de ações de sensibilização no âmbito da violência doméstica e no namoro

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	N.º de ações realizadas	150	Executada

As Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, a par do importante papel que desenvolvem ao nível do atendimento e acompanhamento das situações de violência doméstica, são também responsáveis por parte da intervenção levada a efeito na Região ao nível

da sensibilização, conforme se documenta no capítulo consignado à "Sistematização da Informação".

No ano de 2024, de acordo com as Fichas de Registo de Ação, foram realizadas 232 ações na Região sobre violência doméstica em contexto de intimidade e 38 ações sobre a violência doméstica contra pessoas vulneráveis. Para mais informação, poderá ser consultado o documento de sistematização estatística relativo ao ano de 2024.

Medida 11 - Elaboração de panfleto informativo destinado aos Encarregados de Educação sobre os perigos associados ao mau uso da internet

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e DREAE	Panfleto elaborado	Em execução

Fruto de um trabalho desenvolvido no passado com o Professor Lluis Ballester da Universidade das Ilhas Baleares, estabeleceu-se contacto com este, no sentido de aferir da viabilidade de contar com a sua colaboração na elaboração de um panfleto informativo sobre os perigos associados ao mau uso da internet, destinado aos Encarregados de Educação.

A DRPIIS encontra-se a aguardar resposta ao pedido de colaboração dirigido aquele docente para a elaboração deste panfleto, motivo pelo qual a medida encontra-se em execução.

Medida 12 - Atribuição de apoio financeiro, através de Acordo de Cooperação Igualdade de Oportunidades, para assegurar o funcionamento dos Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS	N.º de candidaturas aprovadas	6	Executada

A Portaria n.º 49/2009, de 22 de junho de 2009 define as regras da cooperação entre a então Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social com as IPSS, organizações não governamentais, associações, organizações profissionais e fundações.

O financiamento atribuído no âmbito da referida Portaria assegura, entre outros, o funcionamento dos cinco Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica existentes

nas ilhas Flores, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria. Cada um dos Polos tem afeto um/a técnico/a de apoio à vítima, cuja intervenção se desenvolve de modo articulado com as demais entidades que integram cada Polo (escolas, PSP, serviços de ação social e serviços de saúde), de modo a garantir uma abordagem multidisciplinar, considerando a complexidade que caracteriza o fenómeno da violência doméstica.

A coordenação dos Polos é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA e da DRPIIS. Ao primeiro incumbe coordenar a intervenção que se prende com o atendimento, acompanhamento e encaminhamento das vítimas, enquanto à DRPIIS, enquanto entidade financiadora de tais estruturas, cabe uma coordenação no sentido garantir que todas as ilhas se encontram dotadas de recursos que lhe permitem intervir na prevenção e combate à violência doméstica, nomeadamente ao nível de recursos materiais, financeiros e ao nível de formação.

De referir que cada Polo tem acoplado um Centro de Acolhimento de Emergência Temporário, para acolhimento de emergência de vítimas acompanhadas ou não dos/as filhos/as, assegurando a proteção da sua integridade física e psicológica, durante o tempo necessário à avaliação da situação e à definição de um plano de intervenção.

Embora o número de candidaturas aprovadas seja de 5, no total de 6 previstas, todas as candidaturas dirigidas à DRPIIS para efeitos de financiamento de estruturas no âmbito da violência doméstica foram aprovadas, motivo pelo qual se considerou a medida como executada.

Medida 13 - Celebração de datas comemorativas de interesse no âmbito da temática

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	N.º de datas assinaladas	3	Executada

Como vem sendo hábito, anualmente são assinaladas algumas datas comemorativas, mediante a realização de diversas atividades, tais como conferências, *workshops* e ações de sensibilização. Para o ano de 2024, a DRPIIS definiu a celebração de três efemérides a nível regional, a saber:

Dia dos Namorados – 14 de fevereiro

O dia foi assinalado através da realização de ações de sensibilização, que tiveram por base uma iniciativa proposta pelo NIPCVD, que abordava as relações afetivas saudáveis.

Teve como destinatários alunos do 9.º ano de escolaridade e integrava uma dinâmica de grupo em que se colocavam questões sobre as estratégias mais adequadas para lidar com as relações afetivas e de amizade.

Esta iniciativa foi realizada nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Faial, São Jorge, Graciosa e Santa Maria.

Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa – 15 de junho

A data foi assinalada em colaboração com a Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira, através da realização do Seminário "Envelhe(ser) 100 preconceito", que integra o projeto com o mesmo nome financiado pela DRPIIS, conforme programa no anexo III.

O Seminário abordou um conjunto variado de temáticas relacionadas com a Pessoa Idosa, nomeadamente as questões que se prendem com a intervenção quando aquela é vítima de violência doméstica, quer em termos de procedimentos e recursos, quer ao nível das limitações que, por vezes, se verificam, considerando que, em muitos casos, a violência é perpetrada por familiares.

Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres - 25 de novembro

Esta data foi assinalada através da realização de diversas iniciativas, para além da divulgação da imagem "Nem todos os Laços **são familiares**" na página do Facebook da DRPIIS, a saber:

- Na ilha Terceira, a RAIMIT celebrou a efeméride através da colocação de 17 cadeiras e uma faixa com a frase "2023: mais 17 lugares vazios" na escadaria da Igreja da Sé, em alusão às 17 vítimas de homicídio em contexto de violência doméstica até à data em questão, em Portugal. Também procedeu à entrega de materiais fornecidos pela DRPIIS, nomeadamente cartões com o contacto da Linha Regional contra a Violência Doméstica, marcadores de livros e blocos de notas.
- Na ilha de São Miguel, as técnicas e técnicos da RAVVDMR frequentaram um workshop de promoção do trabalho em rede entre estes/as e as restantes entidades que integram a Rede alargada desta ilha, numa iniciativa financiada pela DRPIIS.

Medida 14 - Realização de ações de sensibilização em eventos culturais, desportivos e recreativos

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	N.º de ações realizadas	4	Executada

A DRPIIS participou novamente no Torneio do Ramo Grande realizado na ilha Terceira, de 28 a 31 de março de 2024, mediante a entrega de pulseiras com a frase "O Desporto e o Afeto só equipam os corajosos: encoraja-te!". Este Torneio contou com a presença de crianças e jovens de várias ilhas dos Açores, do Continente e Estados Unidos da América.

Na ilha de Santa Maria, o Polo Local desenvolveu duas ações de sensibilização por ocasião das festividades de verão. A primeira ação realizou-se nas festas do Sagrado Coração de Jesus, que decorreram de 2 a 4 de agosto e consistiu na distribuição de cartazes da Campanha Regional contra a Violência Doméstica e de panfletos sobre a temática pelos estabelecimentos onde a festividade decorreu. A segunda ação teve lugar nas festas 15 de agosto, mediante a distribuição de rifas no bazar, promovendo a sensibilização para a temática, a denuncia das situações e a divulgação da Linha Regional contra a Violência Doméstica.

Já na ilha do Pico, o Polo Local dinamizou três ações informativas nas festividades dos três concelhos da ilha. Estas ações consistiram na distribuição de cartazes com os recursos locais com intervenção na violência doméstica pelos recintos das festas (ver anexo IV), nomeadamente tascas e restaurantes.

• Medida 15 - Sensibilização de Diretores de Curso da Universidade dos Açores

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS e UAç	N.º de reuniões realizadas	3	Executada

Considerando que a violência doméstica se constitui como um fenómeno multidimensional que assume uma dimensão transversal, na medida em que a sua prevenção e combate depende de um conjunto alargado de serviços e de um claro compromisso coletivo, entendeu-se que seria fundamental sensibilizar diversos diretores de cursos lecionados na Universidade dos Açores

(UAc) para a introdução da temática da violência doméstica nos currículos formais dos respetivos cursos.

Para tal foi realizada uma reunião, a 16 de julho, com a vice-reitoria da UAc de modo a apurar da recetibilidade da instituição de no futuro vir a incluir nos planos curriculares dos cursos da área das Ciências Socias, Educação e Medicina a temática da violência doméstica, pese embora a dificuldade que se poderá colocar ao nível da alteração dos currículos dos cursos citados. Ainda assim, os elementos presentes na reunião, por parte da Universidade, mostraram recetividade quanto à possibilidade da temática da violência doméstica, no futuro, passar a constituir parte integrante dos Planos Curriculares de alguns dos cursos lecionados na UAc.

Assim, pese embora estivesse prevista a realização de três reuniões individuais com Diretores de Curso da UAç, no caso dos cursos que se dirigem à formação de profissionais cuja atividade profissional pressupõe uma interação regular com outras pessoas de que são exemplo a área social, a educação e a saúde, optou-se por uma outra metodologia, sendo a sua realização assegurada por dois dos seus Vice-reitores, o que permitiu uma abordagem global e não por curso.

Medida 17 - Implementação da Orientação da Direção Geral da Saúde n.º 001/2022

No âmbito do IV PRPCVD, a Direção Regional da Saúde (DRS), assumiu o compromisso de implementar na Região, com as devidas adaptações, a Orientação n.º 001/2022, de 09 de fevereiro, da Direção Geral de Saúde, que prevê, entre outros, a criação de Equipas de Prevenção da Violência em Adultos, a funcionar no âmbito dos cuidados de saúde primários e diferenciados. Para o efeito a DRS definiu um conjunto de etapas a desenvolver com vista à sua implementação na Região – realização de diagnóstico, adaptação da orientação, implementação de projeto piloto e respetiva avaliação, culminando com o seu alargamento a toda a Região. Para o ano de 2024, estava prevista a adaptação da Orientação à RAA e a Implementação e avaliação de projeto piloto.

Medida 17.2 - Adaptação da Orientação à RAA

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRS e DRPIIS	Adaptação realizada	Em execução

De acordo com informação remetida por parte da DRS, já foi delineada proposta relativa à alocação de recursos humanos necessários à constituição das Equipas de Prevenção da Violência em Adultos, imprescindíveis para a operacionalização da medida, encontrando-se a aguardar parecer jurídico, sobre a solução equacionada.

Medida 17.3 - Implementação e avaliação de projeto piloto

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRS e DRPIIS	Projeto piloto implementado e avaliado	Em execução

A execução desta medida depende do parecer jurídico a emitir pela DRS, quanto à viabilidade de adaptar a Orientação em questão à RAA.

Medida 18 - Integração das estratégias de prevenção primária nos conteúdos formais da Educação

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DREAE e DRPIIS	Protocolo celebrado	Em execução

A Escola desempenha um papel fulcral na formação das crianças e jovens. Cabe-lhe, entre outros, formá-los para o exercício de uma cidadania plena, sustentada nos valores da paz, da liberdade, da igualdade, da justiça, entre outros. O que confere à educação e formação um papel decisivo na projeção do nosso futuro individual e coletivo.

Nesse sentido, entende-se que a Escola poderá desempenhar um papel fundamental ao nível da prevenção primária e, simultaneamente, contribuir para a construção de uma cultura coletiva menos tolerante à violência, designadamente daquela que acontece no contexto das relações de intimidade e no espaço doméstico por via da alteração dos estereótipos e crenças que continuam a legitimar a desigualdade e a violência.

À luz de tal entendimento, e tendo presente as recomendações técnico-científicas em matéria de prevenção primária, o IV PRPCVD prevê a implementação, em contexto escolar, de um modelo de intervenção em conformidade com o "Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica".

Para o efeito foram definidas, conjuntamente com a DREAE um conjunto de medidas que incluem, além da conceção de referencial para o 8.º de escolaridade, o desenvolvimento de projeto piloto junto de alunos do 9.º ano e a articulação com o Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Ciberbullying*, nos termos a fixar em protocolo a celebrar, à semelhança da medida/ação 7.

Referir que a celebração deste protocolo pressupõe a realização do projeto-piloto por cada um dos materiais elaborados, sendo que a fase experimental deve contar com o acompanhamento de docente designado pela DREAE na perspetiva da validação dos materiais em termos pedagógicos. Também sublinhar que a extinção do NIPCVD veio comprometer o cumprimento do cronograma inicialmente definido para esta medida.

Medida 20 - Reforço da divulgação do Programa CONECTA

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
ISSA, IPRA e DRPIIS	N.º de ações de divulgação	1	Executada

O Programa CONECTA visa promover um exercício positivo da parentalidade, apoiando a família na aquisição de competências e/ou habilidades necessárias para exercer adequadamente a sua função protetora, educativa e socializadora. Este programa visa também, com os/as adolescentes, uma adequada convivência familiar, através de intervenções escolares/formativas que visam transmitir as boas condutas comportamentais nas crianças e jovens adolescentes.

A 20 de novembro foi realizada uma ação de divulgação do programa CONECTA, por parte de técnicas afetas ao Instituto de Ação Social dos Açores, IPRA – Divisão de Ação da Terceira (DAST), serviço responsável pela aplicação do programa em causa na Ilha Terceira.

Esta ação de divulgação foi frequentada por 13 técnicos e técnicas de serviços tais como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, a EMAT, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), o ISSA, IPRA e a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.

 Medida 22 – Elaboração e distribuição de flyers para divulgação dos recursos existentes em cada uma das ilhas

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	Flyers elaborados e distribuídos	Em execução

Considerando a importância que assume a divulgação dos recursos existentes na Região em matéria de prevenção e combate à violência doméstica, de forma a promover o conhecimento da população quanto a esses mesmos recursos, encontra-se previsto, até final de 2026 a elaboração e distribuição de *flyers* para disponibilização junto da comunidade.

• Medida 24 – Criação da Plataforma violenciadomesticaacores

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Recurso Criado	Em execução

A criação deste recurso irá permitir uma consulta, em formato online, por parte da comunidade em geral, de informação variada no que toca à violência doméstica, nomeadamente quanto aos recursos existentes, legislação, informação genérica de apoio, atividades desenvolvidas na Região, entre outras. A execução desta medida está prevista ficar consumada até final de 2026.

EIXO ESTRATÉGICO 3 – PROTEGER AS VÍTIMAS

Medida 25 - Manutenção dos processos de suporte técnico aos profissionais afetos às
 Redes e Polos Operacionais e Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	N.º de sessões realizadas	32 supervisões, 35 intervisões e 3 <i>webinars</i>	Não executada

No ano de 2024 decorreu o processo com vista à celebração de contrato de prestação de serviços especializados para garantir a supervisão e suporte científico às estruturas com intervenção no domínio da violência doméstica.

Há também a registar a alteração da metodologia da supervisão, por decisão da DRPIIS, que em vez de contar com oito grupos passa a contar com dois - um que junta os Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e outro as Redes das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. A adoção de tal metodologia resulta num menor número de sessões de supervisão em termos globais, que irá iniciar em 2025, bem como na extinção das sessões de intervisão.

Medida 26 - Implementação de processo de suporte técnico aos profissionais que acompanham situações de Violência Doméstica relativas a população LGBTI+

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, ILGA, Redes e Polos	Definição de circuito	Em execução

Na sequência da colaboração prestada pela ILGA Portugal na formação "Atendimento e Intervenção em situações de Violência Doméstica que envolvam pessoas LGBTI+" em 2022, ficou acordada a possibilidade de ser estabelecido um circuito para suporte aos técnicos e técnicas de apoio à vítima da Região em casos de violência doméstica em relações *LGBTI+*.

De forma a concretizar este circuito, em fevereiro foi enviado ofício à ILGA Portugal para definição do mesmo, aguardando-se resposta até à data.

Medida 27 - Criação de condições para a inclusão de Botão de Pânico na aplicação Alert4You – PROCIV Azores

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e Proteção Civil	Reunião com a entidade gestora da aplicação	Executada

Esta medida integra as recomendações constantes da Resolução n.º 2/2023/A, de 5 de janeiro, através da qual a Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de um conjunto de medidas no âmbito do apoio às vítimas, designadamente que inclua na aplicação (*Alert4You-PROCIV Azores*) ligações às diversas linhas

de Apoio à Vítima existentes na RAA, assim como à PSP e ao número europeu de emergência (112), e que permita a denúncia por mensagem escrita.

Como referido em relatório anterior, foi auscultada a Proteção Civil e Bombeiros dos Açores sobre o proposto relativamente à aplicação *Alert4You-PROCIV Azores*, na pessoa do seu presidente que, apesar de manifestar a sua concordância, sugeriu que os pedidos de ajuda fossem redirecionados para o 112, Linha cuja gestão incumbe à PSP, tendo a situação sido exposta à Secretaria Geral da Administração Interna que, embora não tenha respondido formalmente ao pedido, informou em contacto telefónico da impossibilidade de acolher o proposto, em virtude da aplicação em causa ter carácter regional, informação que foi transmitida ao Presidente da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que reitera que a concretização do proposto só será viável com a colaboração da PSP.

Pese embora não tenha sido possível reunir as condições para a concretização da instalação do botão de pânico, a medida foi considerada executada pois a reunião aconteceu.

Medida 28 - Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da ilha do Corvo

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, ISSA, IPRA e SCMC	Celebração de protocolo	Em execução

Desde 2010, ano da criação dos Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica das ilhas de São Jorge, Pico, Flores, Santa Maria e Graciosa, que o apoio e acompanhamento a vítimas de violência doméstica é garantido em todas as ilhas da Região, por estruturas especializadas, à exceção das vítimas da ilha do Corvo que são acompanhadas pelo Polo Local da ilha das Flores.

A territorialização da intervenção tende a proporcionar uma maior proximidade entre os serviços e os seus utilizadores, o que, por regra, se revela uma boa prática, na medida em que permite uma intervenção de maior qualidade e mais regular, constituindo também um fator de confiança para a comunidade, em geral, e para as vítimas, em particular, ao percecionarem a disponibilidade de um suporte imediato e continuado.

Nesse sentido, decorreu, a 19 de junho, um encontro de trabalho com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Corvo que manifestou a sua concordância com a agregação da Santa Casa ao

processo, embora tenha colocado algumas exigências quer em termos de espaço físico, quer ao nível de recursos humanos. No final desta reunião, a DRPIIS ficou a aguardar uma comunicação por parte do Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Corvo quanto à viabilidade de concretizar este recurso, ficando sem qualquer desenvolvimento até à presente data.

• Medida 29 - Reforço da divulgação do Programa IMPACTO

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS	N.º de ações de divulgação	1	Executada

O Programa IMPACTO dirige-se a crianças e jovens (e seus cuidadores) expostos/as a contextos de violência doméstica, tendo como principais objetivos a redução do impacto da violência conjugal e a quebra de ciclos de violência que tendem a perpetuar-se ao longo de gerações.

Foi realizada, a 25 de novembro, uma ação de divulgação do programa IMPACTO, por parte de técnicas afetas ao Instituto de Ação Social dos Açores, IPRA — DAST, serviço responsável pela aplicação do programa em causa na Ilha Terceira.

Esta ação de divulgação foi frequentada por 11 técnicos e técnicas de serviços tais como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, a Confederação Operária Terceirense e o ISSA, IPRA.

Medida 30 - Realização de reuniões de trabalho com as estruturas direcionadas para a prevenção e combate à Violência Doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, ISSA, IPRA e Redes e Polos	N.º de encontros realizados	2	Executada

Durante o ano de 2024 tiveram lugar seis reuniões com os/as técnicos/as das estruturas direcionadas para a prevenção e combate à Violência Doméstica, tal como consta na tabela infra:

Entidades	Data	Assunto
DRPIIS e		Papel da coordenação por parte das
Coordenação dos	21.03.2024	técnicas do ISSA, IPRA junto das
Polos		técnicas e técnico dos Polos
		Suspensão do Processo de
DRPIIS e Polos	22.03.2024	Supervisão e papel da coordenação
		por parte das técnicas do ISSA, IPRA
DRPIIS e		Criação de resposta para
Coordenação da	15.05.2024	atendimento de crianças e jovens
Rede de São Miguel		que vivem em contexto de violência
		Execução de medidas do IV PRPCVD
DRPIIS e ISSA, IPRA	24.09.2024 que implicam a colaboração do	
		IPRA
		Preparação do X Encontro Regional
DRPIIS e Polos	04.11.2024	de Redes e Polos Locais de
DRPIIS E POIOS	04.11.2024	Prevenção e Combate à Violência
		Doméstica
DRPIIS e RAVVDMR	13.12.2024	Adaptação do Decreto Regulamentar
DULIIS E KANNDINK	13.12.2024	n.º 2/2018 à Região

Medida 31 - Definição e implementação de circuitos de atuação prioritários ao nível das diferentes áreas sectoriais

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS	N.º de circuitos definidos e implementados	1	Em execução

Teve lugar uma reunião com técnicas do ISSA, IPRA, a 24 de setembro, onde foi solicitada a definição de um circuito de atuação interno em matéria de violência doméstica, aguardando-se desenvolvimentos até final de 2024 quanto a esta matéria.

Simultaneamente, também se registaram contactos com a Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego (DRQPE) no sentido de vir a ser criado um circuito de encaminhamento de vítimas de violência doméstica para os serviços de formação profissional e emprego, processo que se encontra em curso, na medida 37.

 Medida 32 - Definição de procedimentos para encaminhamento de pessoas idosas e pessoas com deficiência vítimas de violência doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, ISSA, IPRA, IPSS e Santas Casas	Manual de procedimentos elaborado e divulgado	Em execução

Tendo em conta a existência de situações de violência doméstica perpetradas contra pessoas idosas e pessoas com deficiência, considerou-se importante a elaboração de um manual de procedimentos na intervenção junto destas pessoas, que define a atuação dos profissionais do ISSA, IPRA quando, no exercício da sua atividade têm conhecimento ou fundadas suspeitas de que alguém é vítima de violência doméstica.

Neste sentido, prevê-se que até final de 2026, em parceria com o ISSA, IPRA, seja elaborado e divulgado este manual.

 Medida 33 - Criação de condições de acessibilidade para vítimas com mobilidade reduzida nas Casas Abrigo

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, DRSS e ISSA, IPRA	N.º de casas abrigo com condições de acessibilidade	1	Em execução

A fim de dotar uma das suas Casas de Abrigo de condições de acessibilidade para vítimas com mobilidade reduzida, o Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada diligenciou quanto aos custos inerentes às respetivas obras.

Encontrando-se esta Casa Abrigo numa habitação com um proprietário particular que não o Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada, não se vislumbra como possível a atribuição de apoio mediante o Código de Ação Social dos Açores. Assim, de momento está em análise interna a melhor alternativa para garantir o financiamento das obras necessárias em 2025.

Medida 35 - Realização de formação para os profissionais afetos às valências de Casa Abrigo e Centro de Alojamento Temporário

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS e CIG	N.º de formações realizadas	2	Em execução

Com esta formação pretende-se a aquisição de competências por parte dos/as profissionais que desempenham funções nas valências de Casa Abrigo e Centro de Alojamento Temporário, pelo que se considerou a CIG como a entidade mais capacitada e com recursos para a ministrar.

Neste sentido, no âmbito do protocolo assinado entre a DRPIIS e a CIG em 2023, foi solicitado apoio a esta Comissão para ministrar esta formação. No entanto, em reunião realizada a 05 de novembro, a CIG recomendou a articulação com a Cruz Vermelha Portuguesa para realização desta formação, por terem conhecimento da realização de formações idênticas por parte desta instituição. Em novembro de 2024 foi efetuada uma tentativa de contacto por email com a Cruz Vermelha Portuguesa, no sentido de agilizar esta formação, no entanto não foi obtida qualquer resposta.

Medida 36 - Adaptação à Região do Decreto Regulamentar 2/2018, de 24 de janeiro

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
ISSA, IPRA e DRPIIS	Publicação de diploma	Em execução

O Decreto Regulamentar 2/2018, de 24 de janeiro regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, prevista na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

Uma vez que a Região decidiu, em 2017, que esta regulamentação não se devia aplicar aos Açores, já que é uma Região competente em razão da matéria, para regulamentar as matérias em causa neste Decreto Regulamentar, ficou criado um vazio, pois não foi elaborada regulamentação própria nesta matéria para a Região.

Neste sentido, foi auscultado o ISSA, IPRA, uma vez que se constitui como entidade financiadora de todas as Casas Abrigo e Centros de Alojamento Temporário e grande parte dos Centros de Atendimento da Região, com o intuito deste Instituto se pronunciar quanto a esta necessidade.

A 13 de dezembro foi realizada uma reunião com algumas das técnicas da RAVVDMR sobre esta temática, tendo a referida Rede se comprometido a remeter uma proposta de adaptação deste Decreto com a maior brevidade possível.

Medida 37 - Definição de circuito para encaminhamento das vítimas de violência doméstica para os serviços de Qualificação Profissional e Emprego

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e DRQPE	Circuito definido	Em execução

A Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, na sua versão atual, determina no seu artigo 48.º que deve ser assegurado às vítimas de violência doméstica "prioridade no acesso às ofertas de emprego, à integração em programas de formação profissional ou em qualquer outra medida ativa de emprego", devendo-lhes ser assegurado, igualmente, prioridade no atendimento nos serviços de emprego e qualificação.

Neste sentido, foi estabelecido, em setembro, contacto com a DRQPE, de modo a definir os termos em que se processa a articulação entre os serviços da formação profissional e emprego e as Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, garantindo os direitos das vítimas de violência doméstica e assegurar que o atendimento do público em causa seja efetuado por profissionais devidamente capacitados para o efeito.

Desta articulação ficou definido que os/as técnicos/as de apoio à vítima deverão preencher uma ficha de referenciação para um ponto focal da DRQPE que irá centralizar todos os encaminhamentos de vítimas e procederá à distribuição das sinalizações por técnicos/as de atendimento ao público, que irão garantir o acompanhamento das situações.

De momento, aguarda-se a formalização do acordo a celebrar entre as Direções Regionais competentes em matéria de igualdade e inclusão social e qualificação profissional e emprego.

 Medida 38 - Celebração de Protocolo no âmbito da habitação com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, AMRAA e DRH	Protocolo celebrado	Não executada

Considerando a informação obtida quanto aos programas existentes a nível da Direção Regional da Habitação e de alguns dos Municípios da Região, no que diz respeito à habitação para públicos vulneráveis, entre os quais se incluem vítimas de violência doméstica, não se considerou pertinente a celebração de tal protocolo, visto já existirem respostas que permitem garantir apoio ao nível da habitação dirigido a este público.

EIXO ESTRATÉGICO 4 – INTERVIR COM OS AGRESSORES

 Medida 41 - Aprofundamento da articulação entre os serviços de apoio à vítima e os serviços de intervenção com a pessoa agressora

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, DGRSP, Redes e Polos	Revisão do Protocolo CONTIGO	Em execução

O Protocolo do Programa CONTIGO foi assinado em 2008, pelo que face ao período temporal entretanto transcorrido torna-se necessário rever os pressupostos e objetivos deste documento.

De momento aguarda-se revisão do seu conteúdo por parte da DGRSP.

 Medida 42 - Implementação de projeto piloto do programa CONTIGO específico para mulheres agressoras

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DGRSP e DRPIIS	Projeto implementado	Executada

Aquando da criação do módulo psicoeducacional do Programa CONTIGO equacionou-se, desde logo, a sua a aplicação a agressores de ambos os sexos, ainda que, com algumas adaptações específicas em função do género. Face ao gradual aumento do número de processos relativos a mulheres por crimes de violência doméstica, houve necessidade de aferir das suas carências mais específicas ao nível da intervenção, resultando numa abordagem individual que permitisse o levantamento de necessidades e problemáticas deste público e, consequentemente, delinear uma intervenção mais ajustada às suas particularidades.

Assim, foram implementadas sessões individuais com mulheres agressoras das ilhas de São Miguel, Terceira e Pico, o que permitiu a recolha de um conjunto de informação acerca das particularidades que envolvem a aplicação psicoeducacional diferenciada, em função do género, tais como a incapacidade das arguidas se percecionarem enquanto perpetradoras de violência conjugal, arguidas com historial de intervenção enquanto vítimas de violência conjugal e a desadequação de práticas utilizadas quando se trata de uma agressora e não agressor.

Medida 43 - Reconstituição da unidade Regional de Gestão do programa CONTIGO psicoeducativo Agressores

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DGRSP e DRPIIS	Unidade Reconstituída	Em execução

A unidade Regional de Gestão do Programa CONTIGO consubstancia-se num conjunto de entidades (DRPIIS, MP, DGRSP, PSP e ISSA, IPRA) que funciona em rede numa ótica de cooperação interinstitucional com vista à implementação das iniciativas que constituem o Programa.

A reconstituição desta unidade irá permitir analisar possíveis problemas existentes ao nível da aplicação do Programa CONTIGO, bem como outros problemas associados à temática da violência doméstica de uma forma mais regular e facilitada, tendo em conta as entidades que a constituem. A revisão e reconstituição desta unidade encontram-se em consumação, em estrita articulação com a DGRSP.

Medida 44 - Publicação e divulgação do Manual do Programa CONTIGO

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DGRSP e DRPIIS	Manual publicado e divulgado	Em execução

O Manual do Programa CONTIGO encontra-se em fase final de elaboração, fruto da atualização dos seus conteúdos, sendo que após esta atualização será necessário rever o documento na sua globalidade, no sentido de perceber se o seu encadeamento segue de forma lógica, visto ser um processo que se tem vindo a desenvolver.

EIXO ESTRATÉGICO 5 – CAPACITAR, FORMAR E QUALIFICAR

Medida 45 - Realização de ações de formação sobre atendimento a vítimas de Violência Doméstica para agentes das forças de segurança

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS, CIG, PSP e GNR	Formação realizada	1	Em execução

Os agentes das forças de segurança assumem um papel de especial relevo no contacto estabelecido com vítimas de violência doméstica, pois o registo comunicacional adotado é determinante para a perceção de segurança das vítimas, para a validação e reforço da coragem das vítimas no sentido de colocarem fim à situação de violência doméstica, quer enquanto facilitadores no que se prende com o acesso das vítimas a serviços de apoio existentes.

Tendo isto em conta, foi solicitada a colaboração da CIG na dinamização desta ação formativa. No entanto, por entender que os agentes das forças de segurança recebem, por parte do Ministério da Administração Interna, formação específica na matéria em causa, é do entendimento da CIG que esta Comissão não pode promover este tipo de formação para o público em questão.

Face ao exposto, encontra-se em reestruturação os mecanismos que poderão garantir o cumprimento desta medida.

Medida 46 - Realização de ações de formação dirigidas aos aplicadores do programa CONTIGO

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
CTFIS e DRPIIS	Formação realizada	1	Executada

No ano de 2024 a formação dirigida a aplicadores/as do programa CONTIGO foi organizada pelas técnicas do Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS), conforme vem sendo prática. Esta formação teve lugar nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2025, em formato online e foi ministrada pela Dra. Marta Capinha, com uma abrangência de 32 profissionais.

Medida 47 - Realização de ações de formação dirigidas aos aplicadores dos programas CONECTA e IMPACTO

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
CTFIS e DRPIIS	Formação realizada	1	Em execução

Por indisponibilidade do docente responsável pela formação de profissionais aplicadores destes programas, Professor Valentim Escudero, não foi possível a execução da ação em questão no ano de 2024. Ainda assim, prevê-se retomar este processo no decorrer de 2025.

Medida 48 - Realização de encontro anual para capacitação dos técnicos com intervenção na área e partilha de boas práticas

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	Encontro realizado	Executada

Os Encontros Regionais de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, além de se constituírem como espaços de formação e aquisição de conhecimento, habitualmente alinhados com as necessidades identificadas pelos/as técnicos/as que asseguram a intervenção com vítimas de violência doméstica, são simultaneamente um espaço de partilha

e de oportunidade para a construção e reforço do sentimento de pertença entre os profissionais com intervenção no domínio desta matéria.

No ano de 2024, teve lugar, a 15 de novembro, o X Encontro Regional de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, realizado em formato híbrido, ou seja, com a Sessão de Abertura, realizada pela Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social e o painel *Violência Doméstica e Saúde Mental — desafios e caminhos* a terem lugar presencialmente em São Miguel e com transmissão *online* para as restantes ilhas da Região. Já o painel da manhã *Uma Década de Encontros — ganhos e desafios* foi realizada em formato *online*. O programa do Encontro poderá ser consultado no anexo V.

Medida 49 - Realização de formação de Técnico de Apoio à Vítima (TAV)

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
CIG e DRPIIS	Formação realizada	Em execução

Em 2023, procedeu-se à auscultação da CIG no sentido de aferir da possibilidade de ser ministrada a formação de TAV para os/as profissionais com intervenção que não detinham a formação em causa, desejavelmente em formato híbrido, decorrendo alguns dos módulos presencialmente e outros em formato online, tendo aquela entidade assumido o compromisso de iniciar a formação em março de 2025.

 Medida 51 - Realização de ações de formação dirigidas a profissionais de forma a identificar potenciais fatores de risco ou a existência de situações de violência doméstica, abuso e maus-tratos à pessoa idosa

Entidades responsáveis	Indicador	Meta para 2024	Execução face à meta
DRPIIS e ISSA, IPRA	N.º de ações de formação realizadas	3 para técnicos dos GLACIS	Em execução

As pessoas idosas, por serem pessoas com maior probabilidade de se encontrarem em situação de fragilidade, são também um grupo mais propício a ser alvo de violência doméstica, abuso ou maus-tratos. Neste sentido, pretendeu-se realizar três ações de formação para técnicos/as dos Gabinetes Locais de Apoio aos Cuidadores Informais, dotando-os/as de competências para

identificar possíveis situações de violência doméstica, abuso ou maus-tratos contra as pessoas idosas.

Para desenvolvimento destas formações foi articulado com o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal para organização de três grupos a formar, referencial formativo e formador/a. Prevêse que esta formação decorra em 2025.

 Medida 52 - Realização de ações de formação para os Cuidadores Formais afetos às valências de Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Centro de Noite e Novos Idosos

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e ISSA, IPRA	Formação realizada	Não executada

Para a realização desta formação foi feita articulação com o ISSA, IPRA, uma vez que assume o financiamento deste tipo de respostas.

Prevê-se que esta formação decorra em 2025.

 Medida 53 - Realização de ações de formação para profissionais com intervenção ao nível das estratégias de prevenção primária

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e CIG	Formação realizada	Em execução

As estratégias de prevenção primária consubstanciam-se no desenvolvimento de ações e abordagens cujo objetivo é prevenir a violência antes que ela ocorra, junto de indivíduos e grupos cujo risco é, à partida, inexistente, evitando o surgimento de novos casos de violência.

Não descorando o papel importante das ações de sensibilização e informação, a ausência de uma ação consistente, continuada e regular no tempo e que não cumpra com o Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica será sempre uma intervenção limitada e sem impacto na

mudança de comportamentos e na redução de fatores de risco e aumento de fatores de proteção.

Por este motivo, considerou-se relevante a realização de formação para profissionais com intervenção ao nível das estratégias de prevenção primária, que à semelhança de outras formações previstas para 2024, havia previsão de contar-se com a colaboração da CIG para a sua dinamização. No entanto, por motivos alheios à DRPIIS, não foi possível à CIG a realização desta formação em 2024, transitando a mesma para final de 2025.

Medida 54 - Realização de formação para o suporte a vítimas menores aquando da sua interação com o sistema de justiça

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e CTFIS	Formação realizada	Em execução

A sua realização estava condicionada ao valor do apoio a atribuir ao CTFIS em 2024. Como a verba apenas ficou disponível numa fase já avançada do ano, não foi possível preparar a formação atempadamente, motivo pela qual transitou para o ano de 2025.

Medida 55 - Realização de formação para o suporte a vítimas adultas aquando da sua interação com o sistema de justiça

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e Polos	Formação realizada	Em execução

Na preparação para a execução desta medida, estava prevista a realização da mesma aquando do X Encontro Regional de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica. No entanto, face ao facto do programa inicial do mesmo ter sofrido alterações, não foi possível a realização desta formação.

 Medida 56 - Realização de ações de formação para bombeiros, afetos ao transporte de doentes, para a temática da violência doméstica

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS e CIG	Formação realizada	Em execução

Aquando do desempenho das suas funções, os profissionais da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores podem deparar-se com sinais evidentes de que os doentes que transportam possam vir a ser vítimas de violência doméstica.

Neste sentido, entendeu-se de relevância providenciar formação nesta área para os bombeiros responsáveis pelo transporte de doentes, ao nível da identificação, contacto com a possível vítima e encaminhamento.

Foi remetido, em julho, ofício à Proteção Civil e Bombeiros dos Açores a demonstrar a disponibilidade por parte desta Direção Regional em providenciar esta formação, no entanto, após insistência, até à presente data não houve resposta.

EIXO ESTRATÉGICO 6 – CONHECER, MONITORIZAR E AVALIAR O FENÓMENO

 Medida 58 - Elaboração e divulgação de relatórios semestrais de monitorização da problemática

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Relatórios elaborados e divulgados	Em execução

O relatório relativo ao ano de 2023 e ao primeiro semestre de 2024 encontram-se em processo de aprovação superior para a sua divulgação no portal do governo.

 Medida 59 - Criação da Ficha de Registo de acompanhamento de vítimas na prestação de declarações para memória futura

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Ficha de registo criada	Executada

Recentemente tem-se verificado um aumento no número de situações em que vítimas adultas de violência doméstica têm participado em diligências no âmbito do processo penal, nomeadamente a prestação de declarações para memória futura.

De forma que seja feito um registo para efeitos estatísticos deste tipo de diligências, foi elaborada uma proposta de ficha de acompanhamento de vítimas de violência doméstica adultas aquando da sua interação com o Sistema judicial, conforme anexo VI.

Medida 60 - Reestruturação da Ficha de Registo de Ação e Registo de Iniciativa

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS	Reestruturação efetuada	Executada

Após a aprovação do I Plano Regional para a Igualdade e Não Discriminação nos Açores (PRINDA) e seguindo a intenção de autonomizar as questões relacionadas com igualdade entre mulheres e homens, bem como a não discriminação, das questões relacionadas com a violência doméstica, entendeu-se que as Fichas de Registo de Ação e de Iniciativa deveriam ser alvo de reestruturação.

Como resultado do esforço conjunto das equipas técnicas responsáveis pela execução e monitorização destes dois instrumentos de políticas públicas, foram elaboradas duas fichas de registo de ação, cada qual direcionada para cada um dos Planos Regionais, a serem preenchidas pelas entidades parceiras que desenvolvem iniciativas. No caso da Ficha de Registo de Ação no âmbito da violência doméstica, a mesma poderá ser consultada no anexo VII.

Medida 61 - Elaboração de proposta de questionário para avaliação da satisfação das vítimas acolhidas em Casa Abrigo

Entidades responsáveis	Indicador	Execução face à meta
DRPIIS, Redes e ISSA, IPRA	Proposta de questionário elaborado	Executada

De forma a perceber o grau de satisfação das vítimas acolhidas em Casa Abrigo na Região, foi elaborada uma proposta de questionário com base na literatura científica existente sobre a matéria, bem como no questionário aplicado aquando do processo de avaliação e certificação das respostas que integram a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, promovido pela CIG em 2021.

Pretende-se a aplicação deste questionário em 2025, junto das vítimas acolhidas em Casa Abrigo que assim aceitem colaborar e perceber a satisfação das mesmas quanto às condições físicas, às competências profissionais das/os técnicas/os, ao apoio disponibilizado, entre outros, de forma a melhorar os aspetos menos positivos identificados.

2. Indicadores de Execução

Das 51 medidas com metas previstas para o ano de 2024, 17 foram executadas (33%), 31 encontram-se em execução (61%), isto é, que a sua execução não foi possível em 2024, mas que se vislumbra como possível executar no decorrer do presente Plano, e não foram executadas 3 medidas (6%).

Ponto de Situação	N.º	%
Executadas	17	33%
Em Execução	31	61%
Não Executadas	3	6%
Total	51	100%

Dar nota que mais de metade das medidas previstas para o ano de 2024 encontram-se em execução, pelo que numa posterior avaliação à execução global do Plano poderão ainda constar como medidas executadas, pese embora não sejam consideradas executadas no ano de 2024.

O anexo VIII apresenta uma análise global e sintetizada da execução relativa ao ano de 2024.

3. Análise orçamental

No que diz respeito à dotação orçamental para a execução das medidas previstas para o ano de 2024, há a registar os seguintes valores:

Eixo	Montante
1	0€
	138 520,79€ - Polo São Jorge (25 784,87€), Polo Pico (33 284,77 €), Polo
2	Santa Maria (24 491,73€), Polo Flores (25 758,24€), Polo Graciosa (26
	416,58€), Torneio do Ramo Grande (486,50€), 25 novembro São Miguel
	(2 298,10€)
3	0€
4	0€
5	1 350,00€ - Formação aplicadores CONTIGO
6	0€

Dar nota que existem despesas que são assumidas via Acordo de Cooperação, como é o caso de acompanhamento de agressores na ilha e São Miguel por parte do CTFIS (67 485,86€) e o Fundo de Suporte Socioeconómico para Vítimas de Violência Doméstica acompanhadas pela Rede de São Miguel (2 298,10€) e pela Rede da Terceira (4 000,00€), que não são refletidos em nenhuma das ações do Plano, mas não devem ser omitidas.

4. Conclusão

O presente documento visa compilar toda a informação relativa à execução das medidas previstas para o ano de 2024 no âmbito do IV PRPCVD, com o objetivo de monitorizar a implementação das políticas públicas nesta área.

Cumpre destacar que, ao longo do ano em análise, se verificaram diversos obstáculos que condicionaram a concretização de algumas das medidas delineadas:

- 1) A indisponibilidade de algumas entidades parceiras para colaborarem na sua execução, denotando-se o atraso e muitas vezes a ausência de resposta às insistências efetuadas;
- 2) A existência de um conjunto excessivo de medidas para execução no ano de 2024;

- 3) Notou-se a existência de respostas que não eram do conhecimento desta Direção Regional aquando da elaboração do Plano, como é o caso das respostas ao nível da habitação e formação para a PSP;
- 4) As alterações governativas verificadas em novembro de 2023, contribuíram para alterações e indefinições a nível decisório que impactaram negativamente o normal decurso da execução das medidas planeadas para o referido ano.

Por fim, importa referir que a definição de metas anuais para a maioria das medidas constantes deste Plano reflete o compromisso assumido com a sua concretização. Todavia, sublinha-se que o eventual incumprimento dos prazos inicialmente previstos para a execução de determinadas medidas não invalida a sua implementação em momento posterior, dentro do período global de vigência do Plano. Assim, reforça-se uma perspetiva de execução contínua e global, para além da calendarização anual.

Glossário de siglas

ACC – Associação Crescer em Confiança

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CTFIS – Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica

DAST - Divisão de Ação Social da Terceira

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DRPIIS - Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão

DRQPE - Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego

DRS – Direção Regional da Saúde

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

NIPCVD - Núcleo de Iniciativas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

PRINDA - Plano Regional para a Igualdade e a Não Discriminação nos Açores

PRPCVD - Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

PSP – Polícia de Segurança Pública

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAIMIT - Rede de Apoio Integrado à Mulher da Ilha Terceira

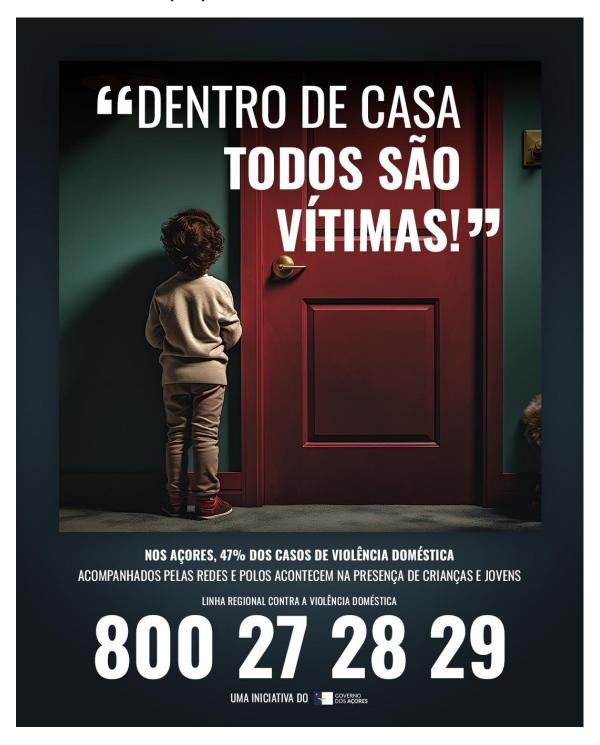
SIM-VD - Sistema de Informação e Monitorização em Rede do Fenómeno da Violência Doméstica

UAc – Universidade dos Açores

UMAR/Açores - Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres

Anexos

<u>Anexo I</u> – Imagem da Campanha Regional contra a Violência Doméstica alusiva à violência doméstica contra as crianças e jovens



<u>Anexo II</u> – Imagem da Campanha Regional contra a Violência Doméstica alusiva à violência doméstica contra pessoas idosas



Anexo III - Programa do Seminário "Envelhe(ser) 100 preconceito"



Anexo IV - Folheto informativo divulgado nas festividades no Pico



<u>Anexo V</u> – Programa do X Encontro Regional de Redes e Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica



X ENCONTRO REGIONAL DE REDES E POLOS LOCAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

EQUIPAS TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

15 NOVEMBRO | FORMATO HIBRIDO

SALA DE REUNIÕES DO 5° PISO DO EDIFÍCIO DA SEGURANÇA SOCIAL EM PONTA DELGADA

09H30 - SESSÃO DE ABERTURA

 MÓNICA SEIDI, SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

10H00 - UMA DÉCADA DE ENCONTROS - GANHOS E DESAFIOS

- REDE DE APOIO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MULHER EM RISCO DE S. MIGUEL
- REDE DE APOIO INTEGRADO À MULHER DA ILHA TERCEIRA
- POLO OPERACIONAL DE APOIO INTEGRADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE RISCO DO FAIAL
- POLOS LOCAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DAS ILHAS DE SANTA MARIA, GRACIOSA, SÃO JORGE, PICO E FLORES

11H30 - DEBATE

12H30 - ALMOÇO

14H00 - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A SAÚDE MENTAL - DESAFIOS E CAMINHOS

 IARA VIEIRA, SARA SOUSA, ANDREIA OLIVEIRA E BEATRIZ GOULÃO, MÉDICAS INTERNAS DE PSIQUIATRIA DO HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO

15H30 - DEBATE

16H00 - SESSÃO DE ENCERRAMENTO

 SANDRA SILVA, DIRETORA REGIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL <u>Anexo VI</u> – Ficha de acompanhamento de vítimas de violência doméstica adultas aquando da sua interação com o Sistema Judicial

Acompanhamento de vítimas de violência doméstica adultas aquando da sua interação com o Sistema judicial

Ilha	
Concelho	
1. Identificação do(a) técnico (a)	
Nome	Área de formação
Serviço/instituição de origem	
Contacto telefónico	Endereço eletrónico
2. Apoio prestado	
Tipologia da diligência:	
Declarações para Memória Futura 🛘 🗆	
Avaliação médica e psicológica	
Audiência de julgamento (?)	
Outra (s). Qual (ais)?	
Data(s) da (as) diligência(s):	
//	
//	
Entidade que solicitou a intervenção do t	écnico(a):
Ministério Público 🗆	
Tribunal 🗆	
Outra 🗆 Qual	

Pág. 45 de 52

Acompanhamento de vítimas de violência doméstica adultas aquando da sua interação com o Sistema judicial

 Caracterização da situação de violência doméstica (conforme o disposto no art.³ do Código Penal 	¹ 152.º
Ao cônjuge ou ex-cônjuge	
A pessoa de outro ou do mes mo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma	
	_
relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação	
A progenitor de descendente comum em 1.º grau	
A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença,	
gravidez ou dependência económica, que com ele coabite	
 4. Informação complementar/outra informação No caso de se tratar de violência doméstica em contexto de relações de intimidade: Existe exposição de crianças e jovens? Sim □ Não □ 	
5. Observações	
Data/	
O (A) Técnico (a)	

Anexo VII – Ficha de Registo de Ação – IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica



IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2023-2026)

REGISTO DE AÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO
DESTINATÁRIOS ¹
ENTIDADE RESPONSÁVEL
ENTIDADE(S) PARCEIRA(S)
Número de ações/Duração de CADA
DATA(S) DE REALIZAÇÃO

RESUMO DA AÇÃO (SÍNTESE, METODOLOGIA, FORMADORES/DINAMIZADORES E MATERIAIS UTILIZADOS):				

TIPO DE AÇÃO	FORMAÇÃO	Workshop	REUNIÃO
	SEMINÁRIO	SENSIBILIZAÇÃO	ENCONTRO
	Outro		

LOCAL / CONTEXTO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO		
	IPSS/SANTA CASA		
	ENTIDADE PÚBLICA ²	QUAL	
	ENTIDADE PRIVADA		
	ESPAÇO PÚBLICO		
	ONLINE	OUTRO	
ILHA / CONCELHO			

Obs: Por favor colocar X no Local/Contexto e indicar qual.

¹ No caso de os destinatários serem estudantes, referir o ano de escolaridade. ² Por exemplo: PSP, GNR, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Biblioteca, Museu, etc.











IV Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2023-2026)

PARTICIPANTES	Sexo	Masculino	FEMININO	Outro
	TOTAL			

Obs: No caso de não ser possível obter esta informação, indicar um valor aproximado.

TEMÁTICA DA AÇÃO		VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CONTEXTO DE INTIMIDADE ³	
	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA PESSOAS VULNERÁVEIS ⁴		
	Outra		

Responsável pelo preenchimento:	
Data:/	

Artigo 152.º do Código Penal

1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
 b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;









³ De acordo com as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 152.º do CP

⁴ De acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 152.º do CP

Anexo VIII – Tabela de execução das medidas previstas para 2024

Eixo Estratégico	Medida/ação		Estado	Observações
	1.Criação de uma C	omissão de		A aguardar
	Acompanhamento			despacho de
				nomeação
Eixo 1 – Reforçar	2. Criação da Comis	ssão Técnica de		A aguardar
a Cooperação	Acompanhamento			indicação de
Interinstitucional				pontos focais
	4. Criação da Rede	Regional de		Criação prevista
	Prevenção e Comba	_		para 2025
	Doméstica			
	5. Conceção de refe	erenciais no		Referencial criado
	âmbito da prevençã	o primária,		pelo CIPA – Novo
	para o 3º Ciclo do E			Dia
	6. Implementação o	le projeto piloto		A aguardar
	no âmbito da prevei			resposta por parte
	,	•		da DREAE
	7. Articulação com	o Programa de		Proposta de
	Prevenção e de Con	nbate ao		protocolo em
	Bullying e Ciberbully			elaboração
	8. Realização de Ca			Ações realizadas
	Regional Contra a V	iolência		
	Doméstica, com aç	ões dirigidas a		
	públicos específico	S		
	10. Realização de ações de			Ações realizadas
	sensibilização no âr	nbito da		
	violência doméstica	e no namoro		
	11. Elaboração de p	anfleto		Em articulação
	informativo destina	do aos		com o responsável
	Encarregados de Ed	lucação sobre		pela elaboração do
	os perigos associad	os ao mau uso		panfleto
Eixo 2 – Informar,	da internet			
Sensibilizar e	12. Atribuição de ap			Analisadas e
Prevenir	através de acordo la			aprovadas as 5
	Oportunidades para	_		candidaturas dos
	funcionamento dos			Polos Locais
	de Prevenção e Con			existentes
	Violência Doméstic			
	13. Celebração de o			Datas assinaladas
	comemorativas de interesse no			
	âmbito da temática			A . ~
	14. Realização de ações de			Ações realizadas
	sensibilização em eventos culturais desportivos e recreativos			
				Efetuada reunião
	15. Sensibilização d Curso da Universida			com a vice-reitoria
		17.2.		Adaptação em
		Adaptação da		execução por parte
		Orientação à		da DRS
	- I	Região		ua DNO
	l	17.3.		A aguardar
		Implementação		publicação da
		e avaliação do		Circular Normativa
		projeto piloto		Circulal NOTHIALIVA
		projeto pitoto		

	18. Integração das estratégias de		Proposta de
	prevenção primária nos conteúdos		protocolo em
	formais da Educação		elaboração
			<u>-</u>
	20. Reforço da divulgação do		Ação realizada
	Programa CONECTA		
	22. Elaboração e distribuição de		Flyers elaborados
	flyers para divulgação dos recursos		e distribuição
	existentes em cada uma das ilhas		prevista para 205
	24. Criação da plataforma		Recurso em
	violenciadomesticaacores		criação
	25. Manutenção dos processos de		Processo revisto
	suporte técnico aos profissionais		em 2024 e com
	afetos às redes e Polos		retoma em 2025
	Operacionais e Locais de		
	Prevenção e Combate à Violência		
	Doméstica		
	26. Implementação de processo de		Anguardar
			A aguardar
	suporte técnico aos profissionais		resposta por parte
	que acompanham situações de		da ILGA Portugal
	violência Doméstica relativas a		para início do
	população <i>LGBTI</i> +		processo
			Recurso não
	27. Criação de condições para a		
	inclusão de Botão de Pânico na		criado por
	aplicação Alert4you -PROCIV		questões alheias à
	Azores		DRPIIS
	28. Criação do Polo Local de		A aguardar
	-		_
	Prevenção e Combate à Violência		resposta do
	Doméstica da ilha do Corvo		Provedor da SCM
			Corvo
	29. Reforço da divulgação do		Ação realizada
	Programa IMPACTO		
Five 2 Duete day	Trograma in Acro		
Eixo 3 – Proteger			<u> </u>
as Vítimas	30. Realização de reuniões de		Reuniões
	trabalho com as estruturas		realizadas
	direcionadas para a prevenção e		
	combate à Violência Doméstica		
			A a green day
	31. Definição e implementação de		A aguardar
	circuitos de atuação prioritários ao		definição de
	nível das diferentes áreas		circuito por parte
	sectoriais		do ISSA, IPRA
	32. Definição de procedimentos		Processo em
	The state of the s		
	para encaminhamento de Pessoas		articulação com o
	Idosas e Pessoas com Deficiência		ISSA, IPRA
	vítimas de Violência Doméstica		
	33. Criação de condições de		A aguardar
	acessibilidade para vítimas com		identificação das
	· ·		_
	mobilidade reduzida nas Casas		necessidades para
	Abrigo		adaptação de duas
			das Casas Abrigo
	35. Realização de formação para		Impossibilidade de
	os profissionais afetos às valências		a formação ser
			_
	de Casa Abrigo e Centro de		ministrada pela
	Alojamento Temporário		CIG, em
			articulação com a
		l .	ar tioata gao oomi a

			Cruz Vermelha
			Portuguesa
	36. Adaptação à Região do Decreto		A aguardar envio
	Regulamentar 2/2018, de 24 janeiro		de proposta por
			parte do ISSA, IPRA
	37. Definição de circuito para		A aguardar
	encaminhamento das vítimas de		aprovação de
	violência doméstica para os		proposta remetida
	serviços de Qualificação		à DRQPE
	Profissional e Emprego		
	38. Celebração de Protocolo no		Protocolo não
	âmbito da habitação com a		celebrado por
	Associação de Municípios da		existir outras
	-		
	Região Autónoma dos Açores		respostas no
			mesmo âmbito nos
			municípios e DRH
	41. Aprofundamento da articulação		Protocolo em
	entre os serviços de apoio à vítima		elaboração por
	e os serviços de intervenção com		parte da DGRSP
	pessoa agressora		
	42. Implementação de projeto		Projeto piloto
	piloto do programa CONTIGO		implementado
Eixo 4 – Intervir	específico para mulheres		'
com os	agressoras		
Agressores	43. Reconstituição da Unidade		Protocolo em
Agressores	Regional de Gestão do programa		elaboração por
	CONTIGO psicoeducativo		parte da DGRSP
	Agressores		parte da Bortoi
	44. Publicação e divulgação do		Manual em fase
	Manual do Programa CONTIGO		final de elaboração
	45. Realização de ações de		A aguardar a
	formação sobre o atendimento a		indicação da
	vítimas de Violência Doméstica		disponibilidade da
	para agentes das forças de		CIG ou de
Eixo 5 – Capacitar, Formar e Qualificar			formador/a para o
	segurança		
	46 Poolizooão do coão - d-		efeito
	46. Realização de ações de		Formação
	formação dirigidas aos aplicadores		realizada
	do programa CONTIGO		<u>_</u> .
	47. Realização de ações de		Transitou para
	formação dirigidas aos aplicadores		2025, por
	dos programas CONECTA e		indisponibilidade
	IMPACTO		de agenda do
			formador.
Quannear	48. Realização de encontro anual		Encontro realizado
	para capacitação dos técnicos		
	com intervenção na área e partilha		
	de boas práticas		
	49. Realização de formação de		Formação adiada
	Técnico de Apoio à Vítima		para 2025 por
			ausência de
			resposta da CIG
	51. Realização de ações de		Não possível
	formação dirigidas a profissionais		realizar em 2024,
	de forma a identificar potenciais		adiada para 2025
		ì	- auiaua Data 7075

		<u> </u>	
	fatores de risco ou a existência de		
	situações de Violência Doméstica,		
	abuso e maus-tratos à pessoa		
	idosa		
	52. Realização de ações de		Não possível
	formação para os Cuidadores		realizar em 2024,
			· ·
	Formais afetos às valências de		adiada para 2025
	Serviço de Apoio ao Domicílio,		
	Centro de Dia, Centro de Noite e		
	Novos Idosos		
	53. Realização de ações de		Transitou para
	formação para profissionais com		2025 por
	intervenção ao nível das		indisponibilidade
	-		da CIG
	estratégias de prevenção primária		
	54. Realização de formação para o		Não possível
	suporte a vítimas menores		realizar em 2024,
	aquando da sua interação com o		adiada para 2025
	sistema de justiça		
	55. Realização de formação para o		Formação não
	suporte a vítimas adultas aquando		realizada em 2024
	da sua interação com o sistema de		pela
	justiça		impossibilidade de
	justiça		realização do
			_
			Encontro Regional
			de Redes e Polos
			em formato
			presencial
	56. Realização de ações de		Formação não
	formação para bombeiros, afetos		realizada por
	ao transporte de doentes, para a		ausência de
	temática da violência doméstica		resposta por parte
	terriatica da viotericia domestica		
	FO Flahamas and Parkers and		da Proteção Civil
	58. Elaboração e divulgação de		Relatório do 1.º
	relatórios semestrais de		semestre de 2024
	monitorização da problemática		será publicado em
			breve
	59. Criação da Ficha de Registo de		Ficha criada
	acompanhamento de vítimas na		
Eixo 6 –	prestação de declarações para		
Monitorizar e	memória futura		
Avaliar o	60. Reestruturação da Ficha de		Ficha
Fenómeno	-		
	Registo de Ação e Registo de		reestruturada
	Iniciativa		
	61. Elaboração de proposta de		Proposta de
	questionário para avaliação da		questionário
	satisfação das vítimas acolhidas		elaborada
	em Casa Abrigo		
		l	1